

José Bravo Nico

Deputado do PS na Assembleia da República

Particpei, pela primeira vez como deputado, nas comemorações oficiais da revolução do 25 de Abril, que se realizaram na Assembleia da República. O *cravo*, flor simbólica daquele dia mágico, era o centro das atenções. O Presidente da República colocou a *criança do cravo* no centro do seu discurso e fez bem. Trinta e dois anos após a instauração da Democracia, mais importante que a presença ou ausência de uma flor simbólica na lapela de um casaco é averiguar da presença ou ausência dos ideais nas palavras, nas decisões e nos comportamentos dos responsáveis políticos e, principalmente, no quotidiano dos portugueses e das portuguesas.

Não é fácil, para ninguém, descrever, num pequeno texto, o sentimento que nos nasce quando avaliamos 48 anos de ditadura, uma revolução e mais 30 anos de democracia. Mesmo que tentássemos reduzir este exercício à utilização de palavras mais significativas, tal seria impraticável. Mesmo que essas palavras fossem classificadas, de acordo com o grande pedagogo brasileiro Paulo Freire, como **palavras geradoras**.

Palavras como **Liberdade, Democracia, Justiça, Paz, Fraternidade e Igualdade** têm essa capacidade mágica de alterar o curso do mundo, a história dos países, a vida das famílias e a existência das mulheres e dos homens, em qualquer parte do globo, seja qual for a sua cor, o seu credo, o seu ideal, a sua condição sócio-económica ou a sua circunstância existencial.

Liberdade, Democracia, Justiça, Paz, Fraternidade e Igualdade são palavras que nos geram sentimentos, nos fazem sonhar, nos aceleram o metabolismo, nos arrepiam a pele e nos fazem crescer a vontade de participar activamente nos processos de decisão que determinam a nossa vida. **Liberdade, Democracia, Justiça, Paz, Fraternidade e Igualdade** são palavras que nunca nos deixam quietos e sossegados. São palavras paradoxalmente fortes e frágeis. A sua fragilidade nasce exactamente da necessidade constante de lutarmos pela sua existência real, pela sua prática, pela sua vitalidade e pelo seu carácter genuíno. É, precisamente, esta aparente fragilidade, a sua maior força. Tornando-nos insatisfeitos e vigilantes, face à sua fragilidade, sentimo-nos, paradoxal e simultaneamente, activos e participantes e acreditamos que ser-se livre é, não só um direito que nos pode de certa forma acomodar, mas, essencialmente, um dever. O dever de decidirmos, a todo o momento, não alienarmos a Liberdade, que é, afinal de contas, o grande farol da vida de todas as mulheres e de todos os homens, de todos os tempos que já vieram e que hão-de vir.

Foi com base naquelas palavras geradoras que um grupo de militares – alguns dos quais estavam presentes na Assembleia da República – mudaram, em 25 de Abril de 1974, o rumo deste nosso país.

No dia 25 de Abril de 1974, aqueles militares cumpriram o seu ideal e entregaram aos políticos um país livre e disponível para, nele, se cumprirem os valores da Democracia e do Desenvolvimento. É essa a nossa principal responsabilidade, como deputados, representantes dos nossos concidadãos, na casa da Democracia.

Foi isto que senti, como deputado e como cidadão, no dia 25 de Abril de 2006, na Assembleia da República, onde representei os meus concidadãos do Distrito de Évora.

